

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Claudia Moreira – Coresan Cornélio Procópio; David Brito – Coresan Apucarana; Davi de Abreu Rocha – Coresan Jacarezinho; Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Flávia Anastácio – Coresan Cascavel; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Patricia Chiconatto – Coresan Guarapuava; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Leandro Espiniano – Coresan Paranavaí; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Eder Cordeiro Coresan Umuarama; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosangela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata – Universidade Federal do Paraná.

Outros Participantes:

Roselene Sonda – Ministério Público do Paraná; Deputada Federal Gleisi Hoffmann; Ursula C. Zanon – Conselho Estadual da Alimentação Escolar; Jean Petris – Universidade Federal do Paraná; Maurício Degelmann – Coresan Curitiba.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Segurança Alimentar na esfera Federal e Emendas Parlamentares – Deputada Federal Gleisi Hoffmann;
4. Merenda Escolar Estadual – Processo de Privatização – Ursula C. Zanon/Presidente do CEAE-PR;
5. Segurança Alimentar na esfera Federal e Emendas Parlamentares – Deputado Federal Toninho Wandscheer;
6. Informes DESAN/SEAB;
7. Encerramento.

Memória: Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta e da ata referente à reunião de novembro. Na sequência, a convidada Deputada Federal Gleisi Hoffmann é apresentada e dá início à pauta sobre políticas públicas e emendas parlamentares. Ela começa por informar que a situação, no momento, é de desconstrução das políticas públicas do Estado. De acordo com ela, as emendas de relator transferiram para o Congresso Nacional a decisão sobre programas e investimentos e que, no ano de 2021, o orçamento

dessas emendas atingiu 18 bilhões de reais, montante muito próximo do orçamento total para investimentos no Brasil, que atinge 25 bilhões de reais. A Deputada relata ainda que atualmente não há mais programas estruturados no Governo e que os poucos programas remanescentes do Governo anterior já estão enfraquecendo. Ela comenta que há um protagonismo dos Deputados que dialogam diretamente com os Prefeitos para fazer repasses de recursos, revelando uma falta de planejamento de políticas públicas. Ela explana que cada Deputado tem feito o investimento que acredita ser o melhor e que eles tentam socorrer os projetos e programas de seus respectivos territórios. No que tange à Segurança Alimentar, segundo a Deputada Gleisi, no passado, trabalhava-se em uma visão sistêmica, garantia-se a renda para a aquisição e garantia-se estruturas e condições para a produção de alimentos. Ela relata que o enfrentamento da fome e a busca pela segurança alimentar não era apenas um programa de transferência de renda em um aplicativo, como é o Auxílio Brasil. Para a Sra. Gleisi, o Auxílio Brasil deixou de ser um programa interligado com outros programas do Governo, uma série de outras políticas públicas que garantiam, juntos, uma condição de vida e condição de segurança alimentar para a população. Sobre as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar que estão sofrendo um desmonte, a Deputada Gleisi cita particularmente o Pronaf, o PAA e o PNAE, políticas públicas que não contam com os mesmos recursos do passado e que estão sendo mantidas com um orçamento mínimo. Isso acontece, segundo a Deputada, porque não há um entendimento por parte do atual Governo sobre segurança alimentar da população brasileira e que, para eles, a fome do povo brasileiro está sendo vista como uma questão de estatística e de cálculo eleitoral. Finalizando a sua fala, a Deputada Gleisi explica que essa situação de confusão política no Brasil se dá pela adoção de uma agenda neoliberal extremada. Na sequência, a Presidente Roseli abre espaço para as questões, e o Conselheiro Ivori Fernandes elenca alguns pontos que são de preocupação geral dos pequenos produtores, tendo em vista que as políticas públicas estão se tornando cada vez mais voltadas aos grandes e médios produtores. Além disso, ele relata que entre 2008 e 2015 os armazéns da Codapar estavam cheios com produtos comprados pela agricultura familiar e que garantiam a segurança alimentar no Estado e no País, mas hoje não se vê isso acontecendo. Em resposta, a Deputada Gleisi comenta que esses problemas estão ocorrendo por conta do condicionamento orçamentário do Governo. Como eles possuem uma política restritiva, criaram o teto de gastos, fizeram cortes e reduziram os recursos dessas políticas. Ela explana que, como essas políticas públicas não são prioridades para eles, o recurso investido é o mínimo possível. Dessa forma, a desestruturação das políticas se faz por falta de recurso, de prioridade e de investimento. Quanto aos preços de insumo, a Deputada relata que, de fato, apenas o agronegócio tem se saído bem, pois o preço dos insumos comprado por eles é compensado pelas exportações que fazem, algo que não acontece com os agricultores familiares. Sobre a falta de estoque, a Deputada Gleisi explana que essa é uma opção da política desse Governo, que foi eleito para desmontar o Estado brasileiro, para desmontar as políticas públicas e para vender o que estiver pela frente, como fizeram com a Eletrobrás e como estão fazendo com a Petrobrás. Portanto, ela informa, o que se faz necessário é impor uma resistência no Congresso, é articular e tentar reduzir os danos. Na subsequência, a Conselheira Claudia Moreira questiona a visão da Deputada sobre o reaproveitamento de alimentos, e pergunta o que o Governo poderia fazer para melhorar esse cenário de desperdício. O conselheiro Maurício relembra que muitas vezes o desmanche não se dá apenas na ilegalidade, tem se dado também na substituição de políticas estruturantes por políticas precárias que possuem novas roupagens. Em resposta, a Deputada comenta que é preciso realizar uma discussão mais aprofundada para que se retome as políticas públicas estruturantes, políticas essas que formavam um conjunto de ações muito bem estruturadas, que abordavam desde a produção, até o reaproveitamento de alimentos. Em seguida, a Deputada agradece pela oportunidade de participar da reunião e parabeniza o CONSEA pelo trabalho e pela importante

resistência que impõe. A Presidente Roseli agradece a presença da Deputada Gleisi e ressalta que as portas do CONSEA sempre estarão abertas para continuarem as discussões. Em seguida, dando continuidade à pauta, a convidada Sra. Ursula C. Zanon, Presidente do CEAE-PR, faz o uso da palavra para explicar a situação da terceirização da Merenda Escolar Estadual. De início, ela explica que a Fundepar apresentou para o CEAE-PR a solicitação de um estudo para avaliar as vantagens e desvantagens da terceirização na merenda escolar e informa que a Fundepar está realizando visitas em Estados brasileiros que adotaram esse modelo. Ela segue explicando que essa terceirização funcionaria em regime de comodato, isto é, a empresa usaria as cozinhas da escola e seria responsável pelos funcionários, pela manutenção dos equipamentos, pelos utensílios e pela cozinha. De acordo com ela, as vantagens alegadas da terceirização seriam a dispensabilidade de licitações e o aumento no número de nutricionistas para acompanhar e avaliar o programa. Sobre as desvantagens, foi relatado o alto custo e também a diminuição do controle de qualidade. Por fim, a Sra. Ursula relata que o CEAE-PR está elaborando um documento para encaminhar ao Governo e para as organizações com o objetivo de contrapor esse estudo proposto pela Fundepar. Trazendo mais informações sobre a terceirização, a Presidente Roseli informa que o Governo passaria a gastar 423 milhões de reais com empresas terceirizadas, em vez dos 250 milhões que atualmente gasta, e que outras tentativas de terceirização de mão de obra não deram certo, pois houve carência de pessoal nas cantinas e os custos eram muito superiores. Além disso, ela continua, há uma preocupação em relação às crianças diabéticas, celíacas e obesas que necessitam de uma alimentação diferenciada. Na prossecução, o Secretário Executivo Valdenir fala sobre a importância de enviar uma nota técnica ou uma recomendação para o Ministério Público, para o Governador do Estado e aos Deputados, aproveitando os conhecimentos e fundamentos teóricos da Conselheira Jaciara, que recentemente defendeu sua tese sobre merenda escolar. O Secretário Executivo também relata sobre a sua experiência com a terceirização de funcionários em sua escola. Segundo ele, alguns funcionários PSS foram substituídos por empregados terceirizados que, além de terem um salário inferior, não possuíam conhecimento algum sobre escola. Em seguida, as Conselheiras Regina Maria e Flávia Anastácio se colocam à disposição para ajudar na construção do documento e o Conselheiro Maurício, como ex-gestor financeiro do Estado, relata que o Estado justificar, repetidamente, problemas com a licitação é como se estivesse desistido de seu trabalho. E além disso, ele opina que provavelmente muitos dos gestores que propuseram a terceirização não sabem como o sistema funciona, portanto, para ele, seria oportuno realizar uma conversa com esses gestores a fim de explicar a situação. Concluindo sua fala, Maurício expressa a necessidade de questionar a posição do Governador do Estado e do Secretário da Agricultura em relação à terceirização. Abordando a fala do Secretário Executivo Valdenir, Roselene Sonda do Ministério Público explana que, por ora, não seria possível para o Ministério Público se posicionar sobre a terceirização, tendo em vista que não há nada oficialmente publicado. No entanto, ela comenta que independente do modelo, para ela, a terceirização impactaria negativamente e prejudicaria todos os envolvidos. Dessa forma, ela orienta para que deixem claro essas informações ao enviarem uma manifestação para o Ministério Público. Por fim, direcionando-se para a Sra. Ursula C. Zanon, ela questiona se o CEAE-PR teria autonomia para recusar uma proposta de terceirização como essa. Em resposta, a Presidente do CEAE informa que, caso o estudo seja apresentado, o CEAE poderá negá-lo, pois o Conselho Estadual de Alimentação Escolar é um órgão fiscalizador, deliberativo e de assessoramento. Em seguida, a Presidente Roseli relembra sobre as matérias que saíram nos meses anteriores sobre fraudes envolvidas nas terceirizações das merendas escolares em diversos Estados brasileiros. Por fim, encerrando a pauta sobre o processo de privatização da merenda escolar, após deliberação do CONSEA, fica decidido que os Conselheiros e Conselheiras que se prontificaram a contribuir com o documento sejam integrados a um dos grupos das Câmaras

Temáticas, e que elaborem o documento até o dia 17 de dezembro. No prosseguimento, após clarificar que a pauta de Segurança Alimentar na esfera Federal e Emendas Parlamentares com o Deputado Toninho será postergada, pois o Deputado estava com hora marcada para embarcar em seu voo, o Secretário Executivo Valdenir dá início à pauta dos informes do DESAN/SEAB. O Secretário Executivo informa que estão com 26 municípios em processo de adesão ao SISAN, e que, desse total, 13 foram encaminhadas para Brasília e o restante será encaminhado até o encerrar do ano. Ainda sobre as adesões ao SISAN, o Secretário Executivo relata que houve um grande avanço nas adesões da região metropolitana de Curitiba, região que até então estava estagnada. Ainda sobre a região metropolitana, e abordando o tópico mencionado pelo Conselheiro Maurício, ele relata que o Pró-Metrópole, movimento coordenado pelo Vice-Prefeito de Curitiba Eduardo Pimentel e que visa estimular o desenvolvimento produtivo integrado dos municípios da Grande Curitiba, realizará, no dia 10 de dezembro, um Workshop de Segurança Alimentar para construir circuitos de comercialização de produtos da Agricultura Familiar da região metropolitana, a fim de facilitar o acesso desses produtos em Curitiba. De acordo com o Secretário, a ideia do movimento é identificar a produção alimentícia de cada município e discutir como esses produtos poderão ser vendidos em Curitiba, que é o grande mercado consumidor da região. Sobre esse tema, o Conselheiro Maurício expressa sua preocupação em relação ao diálogo entre as Coresan's e os Conselhos Municipais com a coordenação do Pró-Metrópole; para ele, o caminho deveria ser de aproximação, com o objetivo de construir uma rede mais complexa para facilitar a adesão dos municípios ao SISAN, mas que até então não houve nenhum contato nesse sentido. A Conselheira Regina expressa sua concordância em relação a falta de articulação com o Pró-Metrópole, e informa que seria possível convidá-los, com apoio do Conselho Estadual, a fazer uma fala na Coresan. Em seguida, encerrando a sua fala, o Secretário Executivo Valdenir apresenta a sugestão de calendário para o ano de 2022 com as reuniões em formato híbrido do CONSEA. Por fim, a Conselheira Maria Isabel solicita uma mudança no dia da reunião de março para os dias 14 e 15 e o pleno decide, após deliberação unânime, que as regionais que sediarão as reuniões presenciais serão: nos dias 14 e 15 de março em Foz do Iguaçu; 13 e 14 de junho em Apucarana; 12 e 13 de setembro em Maringá e 5 e 6 de dezembro na regional de Curitiba. Dando continuidade na pauta dos informes do DESAN/SEAB, a Conselheira Márcia relata que no dia 06 de dezembro foi enviada uma pesquisa do Compra Direta Paraná para as organizações da Agricultura Familiar e entidades filantrópicas a fim de melhorar ainda mais o programa. Além disso, Márcia relata que houve uma reunião com os técnicos estaduais do Compra Direta para lhes entregar o formulário e dar início ao cadastro de 2022 do programa. Nessa reunião, Márcia informou aos técnicos que há muitas entidades que não estão comprovando o recebimento dos alimentos no sistema, e que a nova ordem é de retirar entidades que estão constantemente atrasando o processo, uma vez que é obrigação da entidade acusar o recebimento do alimento e de informar que o alimento foi entregue com a devida qualidade. Além disso, em função de uma solicitação do Ministério Público questionando a quantidade de PCTs atendidos, Márcia informa que seria importante produzir, em outro momento, um cadastro mais elaborado das entidades beneficiadas, para que se tenha o conhecimento de quais são as entidades que fazem amparo à criança e ao idoso, quais entidades são hospitais, cozinhas comunitárias e restaurantes e quais são CRAS, CREAS e Casas de Recuperação. Dessa forma, ela pediu aos técnicos do Compra Direta para que sejam cirúrgicos na seleção das entidades, pois o recurso é muito escasso. Sobre o cadastro, Márcia comunica que ele será encaminhado a todos os municípios até o dia 15 de dezembro e que os técnicos farão, nos dias seguintes, uma reunião com as Coresan's para validarem as entidades selecionadas. Relembrando sobre a questão do desperdício apresentada pela Conselheira Cláudia Moreira no início da reunião, Márcia relata que há um projeto realizado em conjunto com o Ministério da Cidadania sobre perdas

e desperdício de alimentos que objetiva monitorar o caminho de desperdício no Estado. A partir desse projeto, averiguou-se que muitas entidades têm desperdiçado alimentos, pois, devido à falta de monitoramento, são destinatárias de programas diferentes e não possuem capacidade para doar o excedente. Dito isso, Márcia relata que apresentarão para o Secretário da Agricultura o plano de incluir no sistema todas as centrais públicas espalhadas pelo Estado, criando assim uma rede de comunicação para evitar o desperdício e facilitar a logística das entregas. Encerrando a sua fala, a Conselheira Márcia informa que o sistema está programado para ser entregue em junho de 2022 e que mostrará os resultados para o CONSEA assim que possível. Por fim, o Secretário Executivo Valdenir relembra sobre as mudanças do site oficial do CONSEA e relata que haverá, a partir de janeiro, um mecanismo de arquivo e consulta, dividida entre as 23 Coresan's do Estado, para que cada regional divulgue suas notícias locais e insira seus documentos. Na sequência, finalizando a última reunião de 2021, a Presidente Roseli agradece a participação de todas e todos e enaltece que, por mais difícil que tenha sido o ano, muitos problemas foram superados e que o CONSEA fez um bom trabalho.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB